

LIVROS

*Burocracia e poder local: o caso da gestão petista em São Paulo no período de 1989-92, de Jair Pinheiro**

Uma leitura obrigatória!

Joana Aparecida Coutinho**

O livro de Jair Pinheiro é um estudo minucioso da relação entre o poder público municipal, os agentes sociais que atuam nesta esfera e o papel da burocracia estatal como mediadora desta relação. O curto período em que a cidade de São Paulo foi governada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) tem sido tema de vários livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos, etc. O trabalho de Jair Pinheiro inova e dá grande contribuição ao debate, tanto pelo rigor teórico presente em cada conceito utilizado no livro, como também pelo fato de conseguir fazer isso sem ser enfadonho.

A administração petista tem sido estudada por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento: Ciências Sociais, Administração, Direito, etc. Sem dúvida a gestão petista representou uma novidade na história do município e, pela sua importância, esta novidade teve repercussão nacional. Para usar uma expressão do autor, este período significou um "intervalo na lógica da espoliação urbana". Pela primeira vez, a maior cidade do país, e que detém o maior orçamento da federação, com uma complexa máquina administrativa e grande número de servidores e órgãos da Administração, foi governada por um partido de esquerda.

Jair Pinheiro não se deixa seduzir, ao analisar o governo do PT, pelo lugar comum "uma coisa é a teoria, outra a prática", ou pela premissa de que, uma vez no governo, o partido seja obrigado a se render ao pragmatismo; tampouco, faz em seu trabalho uma defesa sem críticas do governo petista.

Na primeira parte do livro, o autor retoma uma discussão de conceitos centrais, tais como: Estado capitalista, burocracia, interesses de classes e interesses corporativos, ideologia, poder público, (utilizando autores clássicos, como Marx e Weber e autores contemporâneos, como Poulantzas, Wright, Claus Offe, entre outros), tendo a preocupação de adequá-los à esfera municipal,

* São Paulo, Efusão, 1997, (no prelo). Em razão disso, os números de página não foram indicados ao longo desta resenha.

** Pesquisadora do Cenpec, professora da Faculdade Santa Rita de Cássia e membro do Neils.

considerada pelo autor, como uma esfera do Estado "dotada de características e funções particulares em relação à acumulação capitalista e às lutas de classes". Pinheiro assinala que, na divisão de competências entre as diferentes esferas do Estado, há predominância da esfera municipal nas questões locais, mas "funcionalmente elas se interpenetram", destacando que é precisamente nela (...) que ocorre a implementação de programas sociais e decisões políticas como resposta às demandas pela prestação direta de serviços sociais, o que é considerado uma exigência própria dessa esfera".

Na segunda parte, o autor faz uma análise da "ação político-social" da gestão petista, dando ao termo um duplo significado: a) a ação do Estado, na esfera municipal, voltada para a execução de programas e políticas sociais; b) a especificidade do governo petista. O autor está preocupado, aqui, em demonstrar os empecilhos à execução de um plano de governo que se autodenomina democrático e popular numa formação social capitalista, marcada por problemas sociais dramáticos. Destaca os conceitos de descentralização e regionalização utilizados por esta gestão, sendo que o primeiro "significava aproximar o poder público dos trabalhadores, no sentido de viabilizar a sua *entrada* (grifo do autor) nesse espaço tido, até então, como um lugar para técnicos ou políticos profissionais. Eles teriam, assim, a oportunidade de influir na definição de prioridades, ou seja, na articulação dos seus interesses à agenda do poder público", trazendo à "experiência de descentralização elementos de conflitos".

Um desses conflitos se dá ao se estabelecer "uma relação de reconhecimento das organizações populares como agentes políticos autônomos. O governo se viu às voltas com alguns paradoxos: 1) a contingência de atuar, em muitos casos, como elemento fundamental na organização popular que deveria ser interlocutora; 2) a tradição autoritária populista de estabelecer relação imediata entre governo e povo cobrou seu tributo com a expectativa de que o 'governo do PT' faria a defesa dos interesses do povo, sem que para isso este 'povo' tivesse que se mobilizar em organizações representativas que fariam a mediação entre ele e o governo, e menos ainda disputar os recursos públicos com outros segmentos".

A ação da burocracia passou por um processo de politização no governo petista, o que, aponta o autor, abriu espaço "para dois tipos de problemas (...). O primeiro se refere à relevância que os

setores profissionais envolvidos nesta ação adquirem no interior do aparelho administrativo devido a sua importância para o exercício da ação político-social do governo, podendo levar o exercício das funções administrativas a obedecer mais aos resultados visados do que aos procedimentos formais. O segundo, está relacionado com a necessidade crescente desta parcela da burocracia se posicionar politicamente, não mais se limitando à condição de meros funcionários que nada têm a ver com os problemas de governo. Não por acaso, uma das acusações mais frequentes à gestão petista foi a de ter politizado o aparelho administrativo". Este processo, aliás, o sucessor de Erundina, Paulo Maluf, tratou logo de desbaratar.

Na terceira parte, o autor trata do que denominou "ação político-administrativa", ou seja, "as medidas que visavam principalmente a busca de apoio político ou o estabelecimento de consenso e, em segundo lugar, medidas relativas ao quadro institucional, em cujo interior (e segundo o qual) os atores políticos mais diversos procuram articular seus interesses à agenda do poder público". Destaca-se a publicização da questão orçamentária, que enfrentava "problemas de relacionamento do Executivo com o Legislativo e impunha ao governo a necessidade de definir critérios de exclusão de despesas em face do contraste entre, por um lado, o volume de demandas e reivindicações colhidas nas plenárias populares e, por outro, o limite estreito das possibilidades orçamentárias".

Lúcio Flávio de Almeida afirma, no prefácio, que o livro "possui uma imensa utilidade para todos aqueles que se interessam pela política, inclusive, os que, de um modo ou de outro, atuaram no processo que ele analisa". José Eduardo Cardoso, no posfácio, observa que "indiscutivelmente a presente obra deve ser tida hoje como um trabalho indispensável para a compreensão de aspectos importantes da administração Luiza Erundina, e por conseguinte do Partido dos Trabalhadores e da própria realidade político-institucional vivenciada no período correspondente aos anos de 1989 a 1992".

O trabalho de Jair Pinheiro torna-se bibliografia obrigatória para todos que desejam estudar este período e seus desdobramentos e para todos aqueles que, não sendo pesquisadores ou estudiosos, estão *pré-ocupados* com a construção de uma sociedade melhor.

Globalização e socialismo, de Osvaldo Coggiola et alii*

Para uma investigação crítica às determinações do capitalismo contemporâneo

Regiani Zornetta**

A análise marxiana da história consiste, e sempre consistiu, em desvendar o mundo real e concreto na busca das determinações imanentes ao desenvolvimento social, político e econômico. Desta forma, a reflexão científico-filosófica, que se coloca a serviço da história tem, pelo menos como ponto de partida, a tarefa de desmascarar e desmistificar o processo de autoconstrução da sociedade.

Não é isto que ocorre com a produção editorial na área das ciências humanas na atualidade. A ideologia do “fim da história”, o culto ao egoísmo racional e o abandono da perspectiva e da luta revolucionária aparecem como posições muito divulgadas, evidenciando teses e proposições que nada mais fazem do que falsear e reproduzir a lógica do desenvolvimento de um sistema baseado na antinomia capital-trabalho.

Organizado por Osvaldo Coggiola, *Globalização e socialismo* apresenta-se como um livro diferenciado, que resgata o pensamento marxiano no atual período de refluxo da ação revolucionária, discutindo, de modo preciso, as manifestações da sociedade contemporânea.

No artigo “Capitalismo de fim de século”, texto que abre a coletânea, François Chesnais, autor que adquiriu sólida formação como pesquisador da Universidade de Paris-X, Nanterre, percorre as categorias que compõem a “mundialização do capital”, como o “segmento de uma fase mais longa na evolução do sistema capitalista” (1997: 8), tentando, desse modo, analisar essas categorias como uma determinação da lógica imperialista em todas as suas peculiaridades. Tratando de um tema complexo, o texto amalgama uma crítica pertinente ao *parasitismo* que o imperialismo mostrou-se capaz de gerar na sua lógica e evolução. Analisa as estruturas compositivas da “mundialização”, caracterizando-as como uma etapa de internacionalização do capital monetário, destacando ainda o caráter rentista (especulativo) que hoje marca o capital envolvido na produção. Chesnais aponta o fato desse processo não eliminar as contradições existentes, mas ao contrário, explicitar a capacidade

* São Paulo, Xamã/NET, 1997.

** Graduanda do curso de Ciências Sociais da Fundação Santo André e membro do Núcleo Emancipação do Trabalho — NET.

brutal do capital em exprimir os interesses de classe sobre os quais está fundado. O artigo de Chesnais aponta a resposta para essas questões no interior das relações sociais e na crítica à economia política, indicando, portanto, a validade e atualidade, mais do que nunca, das ponderações desenvolvidas por Marx em relação à estrutura e funcionamento do sistema alicerçado na produção de mercadorias.

O texto de Cláudio Katz (professor de Economia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires e também dirigente do Partido Obrero Argentino), "Tecnologia e socialismo", chama a atenção para um aspecto decisivo do desenvolvimento tecnológico, demonstrando que a utilização capitalista das novas tecnologias, "mediante a flexibilização do trabalho, e a conseqüente rotação de trabalhadores ocupados e desocupados, aumenta a insegurança dos pauperizados 'excluídos' e dos trabalhadores 'incluídos' na exploração" (1997: 50). O aprofundamento das contradições sociais é apontado por Katz como reflexo do real funcionamento do capitalismo em todas as suas determinações, ao contrário do que indicam alguns críticos do "neoliberalismo". Deste modo, o autor defende a tese da planificação democrática e socialista como única opção objetiva para as contradições imanentes à lógica do capital e suas configurações.

Compreender as transformações ocorridas nos países de capitalismo avançado em meados da década de 80 e as alterações no mundo do trabalho, nas suas formas produtivas e de representação sindical e política, é o que busca o artigo de Ricardo Antunes, "Aonde vai o mundo do trabalho?". O autor constata uma complexificação e heterogeneização no mundo do trabalho assalariado, processos estes que se apresentam de forma coerente e compatível com o uso capitalista do avanço tecnológico e uma constante em suas relações nos dias atuais. Apontando ainda para uma crítica a autores como André Gorz, que anunciam apologeticamente o fim da classe operária no mundo contemporâneo, Antunes, professor de Sociologia do Trabalho junto ao IFCH da Unicamp, resgata as tendências do pensamento de Marx e caracteriza os processos no mundo do trabalho como uma determinação da forma de acumulação e exploração da sociedade de classes. Aponta também a impossibilidade intrínseca da sociedade burguesa eliminar, por ela mesma, "a classe-que-vive-do-trabalho", já que isso acarretaria sua própria superação enquanto sociedade de classes.

O artigo de Pablo Rieznik (professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires), "Intelectuais diante da crise", retoma em seu conjunto uma instigante discussão sobre a *intelligentsia* latino-americana, demonstrando o papel que a mesma cumpre hoje frente aos Estados nacionais, encarando a crise no interior do poder. O autor constrói, ao longo do texto, uma crítica audaz à teoria da dependência (desenvolvida por teóricos da sociologia latino-americana, entre os quais, Fernando Henrique Cardoso) e às deturpações elaboradas por teóricos tanto da direita quanto da esquerda, na análise do socialismo e do chamado "neoliberalismo" na contemporaneidade. Para Rieznik, os intelectuais latino-americanos demonstram atualmente uma completa incapacidade em apreender os limites das determinações classistas assim como o fenômeno capitalista contemporâneo em suas dimensões essenciais. Nessa circunstância, "a barbárie é o que tem em comum a atualidade e seus intérpretes: o mundo concreto em franca degradação tal qual o mundo das idéias" (1997: 93). Seu texto aponta, deste modo, uma mistificação do capitalismo e da democracia, postulada por alguns setores da intelectualidade latino-americana, o que demonstraria todos os limites e contradições dessa *intelligentsia* que hoje assume a tarefa de conduzir o Estado capitalista.

"Economia e ecologia" são os pontos estruturais centrais que compõem o artigo de Tiziano Bagarolo, apontando para a necessidade da alteração nos modos como os homens agem no meio ambiente. Modificando-o pela exaustão dos recursos e depois pelo consumo do que foi anteriormente retirado e utilizado, as relações de produção são apontadas nesse conciso artigo, como reais fontes de alteração ambiental. Criticando a "solução de mercado" encontrada pelas políticas ambientais, no que decorre a degradação do meio natural, Bagarolo salienta que "a dinâmica da civilização moderna, em suas relações com a natureza, não pode ser compreendida (e não pode ser modificada) tendo como referência unicamente a técnica e sua racionalidade intrínseca, ou a ideologia e seus produtos" (1997: 108). Nesse sentido, o autor, retomando as análises marxianas sobre as características imanentes do processo produtivo dos indivíduos, levanta a hipótese de que a questão ambiental só pode ser resolvida à luz da compreensão de sua dimensão própria e de sua relação com o modo de produção historicamente determinante.

Dedicando-se ao estudo da globalização e da alternativa socialista diante das mazelas do capital, o texto de Osvaldo

Coggiola — doutor em História pela Universidade de Paris e professor livre-docente de História Contemporânea na FFLCH da USP — expõe as categorias que estruturam o mundo e seu desenvolvimento “global” nos dias atuais, remetendo-se à questão da mundialização da cultura e da crescente tendência à alienação produtiva e cultural como desdobramento inerente ao próprio capitalismo.

Coggiola sugere — na busca de uma análise intrínseca da “globalização” e de suas determinações — que esse processo nada mais é “do que a expressão ideológica da internacionalização sem precedentes das forças produtivas, e de sua completa inadequação à sobrevivência dos Estados nacionais, insuperável para o capital e suas supostas *instituições internacionais*” (1997: 138). Esse processo, sob diversos ângulos, condenaria milhões de assalariados e jovens desempregados ao desemprego estrutural, à marginalização e à exclusão, afirmando um período de crise sem precedentes na história do capital e uma contradição, cada vez maior, entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação no qual o capitalismo está baseado. Reforçada a atualidade do pensamento e da ação que buscam a emancipação humana, o artigo indica a revolução e o internacionalismo proletário como única alternativa histórica possível à barbárie e às contradições geradas pelo capital e sua lógica de produção.

“Ir além do capital”, de István Mészáros, é o artigo que encerra essa coletânea de resgate do pensamento e das proposituras marxianas. Mészáros, um dos pensadores mais marcantes no campo do marxismo, de inclinação lukacsiana (de quem foi orientando), o filósofo húngaro faz de seu texto um instrumento de crítica concisa, onde demonstra com gritante convicção a necessidade e a possibilidade de uma formação social que supere o capital e conseqüentemente o capitalismo (distinção já elaborada anteriormente por Marx).

Diante de tal perspectiva, Mészáros desenvolve em seu artigo — um dos mais significativos do livro — uma resposta convicta e congruente, às alusões de que o capitalismo tenha triunfado e que o socialismo submergiu em um mar de impossibilidades e saturações.

Revestido visceralmente por um vigor combativo e uma “boa dose de antídoto” ao pessimismo da direita radical e da esquerda “democrática”, o texto concebe a necessidade fundamental do objetivo da transformação socialista: “Sem a superação da relação do capital no processo social global (...)”

não se pode chegar à emancipação do trabalho” (1997: 145). Remetendo-se à questão da crise estrutural do sistema capitalista, Mészáros trata das contradições fundamentais do capital como forças motivadas pela acumulação e orientadas pela expansão. Deste modo, o sistema é obrigado a assumir “formas de desenvolvimento que são, por sua natureza, essencialmente dissipadoras” (1997: 151). Para o autor, “transformar a crise sistêmica do capital em ‘crise final’ dependerá da habilidade do movimento revolucionário em se reorientar radicalmente para enfrentar esse imenso desafio histórico” (1997: 153).

Claro e rigoroso, *Globalização e socialismo*, que a Editora Xamã e o Núcleo Emancipação do Trabalho — NET — apresentam aos leitores, corporifica uma postura inegável e assumidamente contracorrente. Compõe-se hoje num instrumento importante, aliado ao resgate do pensamento de Marx, para a longa jornada de combate decisivo ao capital.

Comunicação sindical: falando para milhões,
de Vito Gianotti e Claudia Santiago*

José Luiz Proença**

No mundo da imprensa há dois tipos de jornalista: aquele que escreve tomando a si próprio como referência e o que escreve para os outros. Aí a coisa pega. É fácil escrever para pessoas iguais a nós, com formação semelhante, idêntica aspiração e realização de vida. Mas tudo fica mais difícil quando o referencial passa a ser um mundo diferente do nosso. Não é tão simples assimilar essa mudança de parâmetro.

Durante meus quase 20 anos de trabalho na chamada imprensa popular — jornal *Notícias Populares*, de São Paulo — vi muitos colegas, imbuídos dos mais nobres propósitos, tentarem explicar ao trabalhador como seria possível sustentar uma família ganhando salário mínimo. Certamente os papéis estavam trocados nessa relação. Eles aprenderiam muito mais abrindo seus ouvidos aos trabalhadores do que dando voz a qualquer alquimista de plantão em algum órgão econômico do governo.

* Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

** Professor de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da USP.

Porém, a rotina do trabalho jornalístico, reproduzida na maioria das nossas escolas de comunicação, ainda toma por base o modelo seguido pela grande imprensa. É verdade que nos últimos anos muita coisa mudou, fruto da importância adquirida pelas lutas sindicais e políticas que os trabalhadores realizaram. Com isso, a imprensa sindical acabou entrando para o currículo das faculdades de jornalismo. Até em nível de pós-graduação, há vários trabalhos acadêmicos já produzidos sobre esse tema. Só que isso ainda é muito pouco. Um jornalista que quer fazer imprensa sindical tem que se questionar constantemente sobre a assimilação, compreensão e, sobretudo, o interesse por parte dos trabalhadores que são os possíveis leitores do seu artigo.

E é exatamente nesse ponto crucial que se situam estas páginas, fruto da união da militância de Vito Giannotti e da jornalista Cláudia Santiago. Um trabalho que tem a coragem de dizer que o jornalismo sindical ainda precisa encontrar a linguagem dos *sem-jornal*. Ou seja, sem usar o texto rebuscado que só serve para "ofender", atingir um leitor já massacrado por outros veículos de comunicação de massa. Mais objetivamente tentar falar com 83% da população que não completou o curso médio e não são leitores habituais nem de jornais, nem de revistas e nem de livros e que, conseqüentemente, têm grande dificuldade em compreender a linguagem padrão da grande imprensa.

Uma imprensa sindical séria, comprometida com a verdade dos nossos trabalhadores, não pode se portar como "otoridade". Algo que cai pronto do céu, com o peso da autoridade da instituição sindical. E os autores vão mais longe ainda. Apontam exemplos de publicações dirigidas a categorias de públicos variados, que só se preocupam em agradar aos leitores de nível superior. Cometem ainda a "suprema heresia" de citar o jornalismo da rede Globo e artigos de Roberto Campos como boa base para saber falar com a maioria. E essa é a receita infalível de quem realmente conhece, e age, com intenção de atacar o problema e entende que a comunicação é condição prévia para a transmissão de uma proposta política.

O livro toca em pontos extremamente delicados. Um deles é o de indicar as possibilidades de fazer uma imprensa doutrinária e, ao mesmo tempo, utilizar as melhores técnicas do fazer jornalístico da imprensa burguesa no tratamento da informação. Desce a detalhes preciosos a respeito da relação entre diretoria de sindicatos, militâncias e jornalistas sindicais. Consegue apontar com precisão linhas para um bom relacionamento, ao mesmo

tempo em que sinaliza caminhos seguros para um trabalho conjunto no âmbito de funcionamento de um tripé formado por diretores sindicais, técnicos e militantes de base. Afinal, o objetivo desse processo será sempre “não rebaixar o conteúdo político da mensagem sindical e conseguir que essa mensagem se converta em ação”.

A consulta desta obra é fundamental para os estudantes de jornalismo, na medida em que identifica e qualifica quem é e qual a função do jornalista sindical. Graças à experiência profissional dos autores, é possível identificar quem é esse jornalista profissional que vai ser obrigado a lidar com recursos como panfletos, cartilhas, pichação, carros de som e buttons, artigos nunca mencionados em sala de aula. A obra tem ainda o caráter de uma espécie de “manual” para os jornalistas mais experientes, que já atuam na área, na medida em que também constitui um instrumento que possibilita um exercício de autocrítica. Sua leitura é uma oportunidade de repensar seu trabalho. O jornalista sindical, em razão de sua atividade extremamente solitária raramente consegue ter seu desempenho analisado por seus pares. Quando isso acontece, normalmente é feito com diretores dos sindicatos, ou seja, muito sob o ponto de vista do conteúdo e pouco sob o ponto de vista da eficiência da comunicação.

Para os dirigentes e militantes sindicais é uma obra de alerta. Questiona o comportamento de muitos sindicatos que gastam milhões com advogados, médicos e colônias de férias e não conseguem ter uma comunicação da mesma envergadura com as bases. Prega a necessidade de os diretores gastarem mais tempo pensando como deve ser a comunicação do sindicato com sua categoria: “quantas vezes, em toda uma gestão, uma diretoria coloca esse tema na pauta de uma reunião?”

Fazem ainda os autores um verdadeiro auto-de-fé na eficiência e no futuro da imprensa sindical que, além de se constituir num elemento aglutinador das bases, pode ser fator de formação política nos locais de trabalho. Afinal, “comunicação sindical precisa levar milhões ao delírio”.